CBIC Mais
Informativo da Indústria da Construção
Newsletter :: Edição 169 :: 14/12/2018

NOTÍCIAS

'CONSTRUÇÃO 2030' DEFINE BIÊNIO DE AÇÕES FOCADAS NO FUTURO DA HABITAÇÃO

PROJETO DA CBIC COM O SENAI PREVÊ PACTO PARA INDUSTRIALIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO DO SETOR

PH Freitas/CBIC

Andamento do 'Construção 2030' foi apresentado na reunião do Conselho de Administração da CBIC

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional), planejaram ao longo de 2018 uma série de ações de curto prazo (2019-2020) para preparar o setor da construção civil no Brasil para as modificações tecnológicas e comportamentais que já estão no nosso cotidiano e que devem se intensificar na próxima década, especialmente na habitação. O ano que vem será decisivo para o projeto. "Já estamos focados em um horizonte mais amplo discutindo qual é o futuro da construção e como chegaremos lá", disse o presidente da CBIC, José Carlos Martins, na reunião do Conselho de Administração da entidade, realizada na terça-feira (11), em Brasília.

Segundo Martins, a entidade preparou, por meio do projeto 'Construção 2030', um conjunto de ações, prevendo cenários de mercado e políticas públicas que compreendem uma agenda imediata para 2018 (que incluiu o planejamento), ações de curto prazo para 2019-2020, ações de médio prazo para 2021-2025 e, finalmente, ações de longo prazo para 2026-2030. As ações estão associadas a objetivos desafiadores como a construção de apartamentos que irão gerar sua própria energia e exigir 'zero' manutenção ou até a criação de lojas de casas onde o consumidor pode escolher em um cardápio de tecnologias a forma de construção mais conveniente para seu estilo de vida.

"O Construção 2030 é o grande projeto da CBIC para o ano que vem. É o que nós imaginamos que vai ser o nosso guarda-chuva de uma série de outros projetos que a Comat está conduzindo. É muito interessante. Faz quase um ano que nós estamos trabalhando nesse

PH Freitas/CBIC

Fábio Queda (consultor da CBIC e professor da UFPE), Adalberto Cleber Valadão (vice-presidente administrativo da CBIC) e José Carlos Martins (presidente da CBIC)

projeto", explicou José Carlos Martins, durante a apresentação do projeto na reunião do Conselho Administrativo da CBIC. O resultado foi um grande interesse dos participantes, com perguntas e comentários a respeito da iniciativa.

O ponto principal do projeto para 2019 é a oportunidade de assinatura de um Pacto pela Construção 2030, marco que poderá lançar os alicerces político-institucionais essenciais para a realização das demais ações. "Esperamos contar com o apoio de todos para viabilizar esse pacto, que é fundamental para o sucesso do projeto", afirmou José Carlos Martins.

O projeto Construção 2030 começou pelo projeto 'Habitação 10 anos no Futuro – Onde estamos e para onde podemos ir", desenvolvido pela Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da CBIC, em correalização com o Senai Nacional, e que estão definidos no Estudo Foresight (Pensamento do Futuro). "O projeto surgiu da necessidade de se antecipar às mudanças e criar o futuro desejado e não o possível, inicialmente na habitação e depois em outras áreas da construção", destacou Dionyzio Antonio Martins Klavdianos, presidente da Comat/CBIC.

Klavdianos explicou ao CBIC Mais que a iniciativa é resultado do novo perfil dos consumidores; da tecnologia cada vez mais acessível, e dos novos modelos de negócio. A ideia é saber onde o setor quer estar nos próximos 10 ou 20 anos. "O projeto já reune resultados consolidados de um trabalho de pensamento de futuro desenvolvido para o setor de construção de habitações do Brasil", resumiu.

Ao longo de 2018, as duas etapas do Construção 2030 envolveram a realização de cinco oficinas, com mais de 50 participantes. Como resultado, foram elencados 47 sinais de mudanças no setor da construção, além de 36 grandes tendências. "Os sinais do futuro já estão ao nosso redor, temos que pensar sobre como criá-los no presente", diz Fábio Queda, consultor da CBIC e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Queda ressalta que o projeto pode trazer transformações para a construção e para outras áreas. "A partir desse debate, podemos mostrar a outros setores o que a gente precisa e como pode ser o futuro", acrescentou.

VENCEDORES DO PRÊMIO CBIC DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE CELEBRAM VITÓRIA

TROFÉUS FORAM ENTREGUES NESSA TERÇA-FEIRA (11), NO CLUBE NAVAL DE BRASÍLIA. GANHADORES COMENTAM A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO

Guilherme Kardel

Os vencedores ganharam troféu e uma missão internacional para aprofundar conhecimentos

"É um reconhecimento fantástico." Assim o engenheiro civil Joaquim Caracas resumiu o significado de ser um dos ganhadores do **Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade,** entregue na noite dessa terça-feira (11), em solenidade no Clube Naval de Brasília. As cinco empresas vencedoras foram homenageadas com troféu, além missão técnica internacional para aprofundar os conhecimentos. A premiação é uma iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional), e conta com o patrocínio da Caixa Econômica Federal.

Caracas faz parte do empreendimento Impacto, vencedora na categoria **Sistemas Construtivos**. O produto premiado foi o 'Sistema Pavplus', voltado para construção de lajes protendidas, compostas por cimbramento metálico e fôrmas plásticas, com o objetivo de economizar tempo e mão de obra.

"Somos uma empresa focada em inovação, e o prêmio mostra que o que estamos fazendo é usado no mercado e está gerando resultados", acrescenta o engenheiro.

O primeiro lugar entre os finalistas por **Gestão da produção e P&D** foi a Tecverde Engenharia. O projeto 'Casa Pronta em um dia' apresenta uma solução inédita no mercado brasileiro: a construção e finalização de uma casa pré-fabricada que possa ser entregue em

Guilherme Kardel

Ramón Pollow venceu na categoria Gestão de Produção e P&D

Guilherme Kardel

Gabriel Domingos (esq) representa a Gedi, premiada pelo projeto "Ecotinta"

um dia, executada por uma equipe multifuncional de sete pessoas.

"Estamos trabalhando há um ano com isso e ganhar o prêmio indica que a decisão de dedicar uma equipe para trabalhar inovação e sustentabilidade foi acertada", ressalta o gerente de engenharia do empreendimento, Ramón Pollow.

Na categoria **Pesquisa Acadêmica**, a vencedora foi a Gedi Desenvolvimento e Inovação. O empreendimento desenvolveu uma tinta acrílica a partir da utilização do resíduo fosfogesso, ou gesso químico - um subproduto das indústrias de fertilizantes.

"O prêmio é uma chancela para nós, principalmente vindo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Mostra que o nosso produto é bom e disponível para o mercado", comemorou Gabriel Estevam Domingos, diretor-técnico do Grupo Ampibar, que engloba empresa vencedora.

O coordenador do Centro de Inovação Sesi em Tecnologia para a Saúde (CIS), Eloisio Bergamaschi, endossa o sentimento de conquista após vencer o prêmio. "É uma honra, depois de dois anos em que demos sangue, suor e lágrimas", afirmou. O projeto premiado foi o 'Plataforma Tecnológica para Promoção de Ambiente de Trabalho e Comportamentos Seguros na Indústria da Construção Civil', na categoria **Tecnologia da Inovação e Comunicação (TIC).**

Guilherme Kardel

Rafael Vieira (centro) recebeu o prêmio em nome da Riomix

A ferramenta criada, denominada de Seif, possibilita processos para identificação de perigos, controle de risco e avaliação contínua de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) em canteiros de obra.

Finalmente, na categoria **Materiais e Componentes,** a ganhadora foi a Riomix. A empresa desenvolveu uma argamassa aditivada de flocos celulósicos provenientes de embalagens recicladas do produto – ou celumassa. A ideia é eliminar o descarte de sacarias, um entrave para o setor.

Guilherme Kardel

Joaquim Caracas (centro) representa a Impacto, vencedora na categoria "Sistemas Construtivos"

Guilherme Kardel

O Centro de Inovação Sesi em Tecnologia para a Saúde (CIS) conquistou a categoria "TICs"

O engenheiro civil e integrante da empresa Rafael Vieira conta como a ideia foi crescendo. "Hoje temos várias ações sociais, como a conscientização e planos de incentivo para a devolução das embalagens, que permitem a troca de 100 embalagens por uma da argamassa. Também usamos o produto para revestir moradias carentes", explica.

REGIÃO METROPOLITANA ENTORNO FICA MAIS PERTO DE BRASÍLIA

DESENVOLVIMENTO E SERVIÇO LOCAIS VÃO DESAFOGAR A CAPITAL

EBC

Não se pode planejar o desenvolvimento de Brasília sem integrar a dimensão regional do Entorno, que, junto com a Capital supera os 4,5 milhões de habitantes. Esta integração, que vem sendo discutida há mais de um ano pelo Codese, sempre enfrentou grandes desafios. O primeiro deles é encontrar formas de aprimorar a colaboração entre o público e o privado para atuar na formulação e implementação de projetos que contribuam para estruturar espaços geográficos e institucionais no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável da região.

No lado institucional, o maior e substantivo passo para a integração foi dado esta semana pelo presidente Temer ao assinar Medida Provisória que cria a Região Metropolitana do DF, composta por 33 municípios do Entorno (29 pertencem a Goiás e 4 a Minas). Com a nova arrumação legal, abrindo o leque de mecanismos de trabalho e maior garantia jurídica, haverá espaço para receber recursos, integrar políticas e garantir investimentos que gerarão emprego e renda para o enorme contingente de desempregados, garante Afonso Assad, gestor da Câmara Técnica da Região Metropolitana do Eixo Brasília-Goiânia e Entorno do Codese.

O presidente do Codese, Paulo Muniz, reconhece o papel fundamental do governador eleito Ibaneis Rocha, que desde sua campanha defende uma maior

integração política e econômica do DF com Goiás, que culminou com a assinatura da MP pelo Presidente. Paulo lembra que desde o ano passado dirigentes do Codese de Brasília e Goiânia vêm buscando apoio dos governos para encontrar caminhos que pudessem garantir ao Entorno as condições de desenvolvimento sustentável desta área grande área habitada e maior que a Bélgica, mas que cresce desordenadamente e sufoca Brasília por demandas que nem sempre conseguem ser atendidas.

SEGURANÇA PARA INVESTIMENTOS

O presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do setor produtivo do DF (IDESP-DF) e membro do Codese- Moacir Caparroz Castilho, diz que o ato presidencial consolida uma situação que já existe de fato e que precisava ser legalizada, facilitando a integração econômica, fiscal e tributária entre os estados. Agora, com a garantia de um ambiente de negócios com transparência e segurança jurídica, o DF passa a ter condições mais atrativas para os investimentos.

Para Marcelo de Paula, gestor da CT de Logística e Distribuição do Codese, as esperanças para o futuro econômico da região são bem animadoras: os governos de Brasília e Goiânia criaram secretarias específicas para tratar da integração, o que demonstra interesse dos governantes. Com a indicação de Paulo Roriz, Ibaneis garantiu que as ações para o Entorno serão iniciadas logo, pois o futuro secretário tem larga experiência na área.Isto vai facilitar e resolver os gargalos com a mobilidade da população que precisa ser olhado com mais atenção, inclusive com o uso de ferrovias.

No documento "O DF que a gente quer", entregue e apoiado por todos os candidatos ao GDF, a CT do Eixo Brasília-Goiânia-Entorno do Codese fez apenas três importantes sugestões: Criação do Polo de Desenvolvimento do Eixo Brasília x Goiânia em três etapas: Santo Antônio do Descoberto – Samambaia / SAD – Outlet Premium / Outlet Premium – Goiânia; Projetos dos trens – atuar para finalização dos projetos contemplando o modal de passageiros e cargas e sequência de contratações. Trem Brasília x Luziânia e Trem Brasília x Goiânia; e Atuar no desenvolvimento de um Projeto de Gestão e Governança do eixo Bsb x Gyn e Ride e apoio a criação da região metropolitana.

INTEGRAÇÃO

As pessoas, por escolha, buscam morar nas áreas urbanas, onde encontram as melhores condições de emprego, saúde, lazer, educação, e tantas outras oportunidades. Hoje, com o crescimento desordenado das grandes cidades - Brasília inclusive- os problemas crescem mais rápido do que as disponibilidades de atendimentos destes desejos, tornando-se insustentável para grande parte de seus habitantes.

É preciso dar às comunidades que vivem no Entorno melhores condições de morar e trabalhar. O Codese desde sua criação se preocupa com isto. E criou uma Câmara Técnica exclusiva para o Entorno, com gestão compartilhada com Goiás. Ela é voltada para estudar e propor ações junto com as prefeituras, procurando as melhores e mais eficientes ferramentas de desenvolvimento para garantir a melhoria de vida com a empregabilidade da população local.

Com a criação da região metropolitana, vários programas deverão ser executados de forma integrada - segurança, saúde, infraestrutura, geração de emprego e renda, produção de energia, distribuição de água. Até agora eles foram feitos de forma separada e que dependiam de consórcio. O futuro desta região deve ser ditado pela população e seus dirigentes, contando com o apoio dos governos estaduais, agentes federais e também as classes produtoras de Brasília, que poderão ampliar suas ações para a região, diz Paulo Muniz.

PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT COMPLETA 20 ANOS

A INICIATIVA BUSCA MELHORAR PRODUTOS E SERVIÇOS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO, POR MEIO DO CONTROLE DE QUALIDADE E DE SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Melhoria de produtos e serviços, novas tecnologias, evolução nas avaliações de desempenho de sistemas construtivos e otimização dos recursos públicos. Este são alguns dos legados do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), do governo federal, que completa 20 anos de atuação em 2018.

Em comemoração, foi lançado nessa quinta (6) o livro "Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat – 20 anos / 1998-2018", apoiado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) em conjunto com o SENAI Nacional. A publicação conta a história da iniciativa, como ela funciona, quais são seus objetivos e desafios para o futuro.

Criado em 1998, o PBQP-H surgiu como resposta a realidade do setor da construção na época. A desigualdade nos padrões de qualidade, a prática da não conformidade intencional, a concorrência predatória, o desperdício na produção de obras e o baixo nível de inovação tecnológica tinham um impacto negativo no habitat urbano.

Nesse contexto, a iniciativa focou, principalmente, em trazer melhorias para o setor de habitações sociais, um dos mais carentes. "Uma das principais conquistas foi a implementação de padrões de qualidade para programas como o Minha Casa, Minha Vida, de uma forma evolutiva", diz a coordenadora geral do PBQP-H, Salette Weber.

PROGRAMA TEM CERCA DE 2.100 EMPRESAS CERTIFICADAS

Com adesão voluntária, o programa funciona por meio de três sistemas de avaliação e qualificação, criados e fortalecidos ao longo dos anos do programa. Eles obje-

tivam trazer permanente aprimoramento dos produtos e serviços do setor, por meio do controle de qualidade. São eles:

- Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC): define níveis progressivos de certificação, que reconhecem, avaliam e classificam a implantação gradual do sistema de gestão da qualidade em empreendimentos.
- Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC): visa combater a não conformidade às normas técnicas na fabricação, importação e distribuição de materiais, componentes e sistemas construtivos para a construção civil. Atualmente, conta com 24 Programas Setoriais da Qualidade credenciados.
- Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT): estabelece as diretrizes para a avaliação técnica de qualquer produto inovador. Conta com 11 Instituições Técnicas Avaliadoras credenciadas.

Para o arquiteto Marcos Galindo, atual presidente do SiAC e do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH), os três sistemas trazem benefícios para toda a cadeia da construção. "Hoje, são cerca de 2.100 empresas certificadas pelo PBPQ-H, o que cria uma cultura de gestão de qualidade muito importante", ressalta.

O representante da CBIC na Comissão Nacional do SiNAT, Roberto Matosinhos, endossa a afirmativa. "Com essas ferramentas, é possível ter uma visão de todas as esferas e etapas, desde os materiais e a inovação, até a execução dos projetos", complementa.

Gestão compartilhada e parcerias fortalecem a iniciativa.

A gestão do PBQP-H é feita de forma compartilhada entre o setor público e privado, além de órgãos técnicos e de fomento. Além disso, o programa contou com parcerias com diversos órgãos, como:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Financiadora de Inovação e Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Finep/MCTIC)
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério de Minas e Energia
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- Associação Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído (Antac)
- Agência de Cooperação Alemã (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ)

Ampliar alcance das ações é desafio para o futuro

Expandir o PBQP-H e fortalecer o trabalho integrado entre poder público e iniciativa privada estão entre as metas para o futuro do programa.

"É importante atuar cada vez mais junto às prefeituras e as autoridades estaduais. Outro desafio é avançar na implantação da indústria 4.0 e de tecnologias como o BIM (Building Information Modeling - em português, Modelagem da Informação da Construção)", afirma a coordenadora-geral da iniciativa, Salette Webber.

Para o presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Produtividade e Qualidade do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), Lydio Bandeira de Mello, também deve ser prioridade ampliar o programa para outras áreas da construção. "O PBQP-H não deve abranger apenas a habitação, mas o habitat como um todo, e assim atingir as obras públicas, pelo menos as federais", defende.

O presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Dionyzio Klavdianos, enfatiza, ainda, a necessidade de tornar o programa cada vez acessível para os empresários. "É preciso fazer com que o PBQP-H como um todo seja mais assimilável para os construtores, como, por exemplo, diminuindo a burocracia", diz.

SEMINÁRIO "O FUTURO DA MINHA CIDADE" REÚNE 200 PESSOAS EM SANTARÉM (PA)

O EVENTO OCORREU NESTA QUARTA-FEIRA (12) E CONTOU COM PALESTRAS E DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Charles Campos

Seminário contou com autoridades, representantes do setor de construção civil e da academia

A participação social para o desenvolvimento urbano foi o foco da mais recente edição do projeto O Futuro da Minha Cidade, que ocorreu nessa quarta-feira (12) em Santarém (PA). Cerca de 200 pessoas participaram do evento, entre representantes do setor público e privado, da academia, lideranças políticas e a comunidade local. A programação contou com palestras e debates.

A iniciativa é uma correalização entre a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Serviço Social da Indústria (Sesi Nacional), com patrocínio da Caixa Econômica Federal. Realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Pará (Sinduscon-PA), o evento em Santarém teve apoio da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) – que cedeu o local –, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (Crea-PA), do Sistema FIEPA e da Prefeitura Municipal de Santarém.

A primeira palestra foi ministrada pelo ex-prefeito de Maringá, Silvio Barros, trouxe o case de sucesso da administração municipal de Maringá, que serviu de base para a criação do projeto "O Futuro da Minha Cidade". Pelo segundo ano consecutivo, a cidade paranaense foi considerada em 2018 a melhor do país para se viver. "Primeiro é necessário que líderes comprometidos com o interesse coletivo se convençam de que faz parte do papel da sociedade civil organizada assumir a responsabilidade de planejar a cidade para o futuro e proteger esse planejamento contra as descontinuidades administrativas e políticas", destacou.

A segunda apresentação foi conduzida por Marcella Arruda, arquiteta urbanista do Instituto "a Cidade Precisa de Você", que falou sobre a importância da participação das pessoas na construção de cidades compartilhadas. "Queremos trazer reflexões sobre o tipo de urbanização que a gente tem vivido e, ao mesmo tempo, a necessidade de uma mudança de paradigma de entender tendências globais e os desafios do limite do planeta,

Charles Campos

Presidente do Sinduscon-PA, Alex Carvalho

Charles Campos

Reitor da Universidade Federal do Oeste do Pará, Hugo Diniz

além de ressaltar as propostas que já fazem parte da cidade e caminhos para o futuro", explicou.

O presidente do Sinduscon-PA, Alex Carvalho, elogiou o projeto e disse ser fundamental que o setor da construção civil se envolva na melhoria da qualidade de vida da sociedade. "O sindicato se sente honrado por trazer para a sociedade, por meio do seminário esse pensamento de futuro, de mais humanidade, mais justiça social, equilíbrio e sustentabilidade, que transcende os canteiros de obra", complementou.

Durante a abertura do seminário, o prefeito de Santarém, Nélio Aguiar (DEM) abordou a necessidade da participação da sociedade para a melhor gestão dos municípios. "Precisamos intensificar essa cultura de todos os cidadãos, de não apenas ficar esperando o que o governo pode fazer, mas o que cada um pode contribuir", enfatizou.

O reitor da Ufopa, Hugo Diniz, ressaltou a relevância do seminário para a comunidade acadêmica local. "A universidade é um lugar ideal para um evento como este, que traduz de forma muito importante esse desejo de conexão com o setor produtivo e de construção civil", disse.

Também estiveram presentes o diretor do Senai Santarém, Peter Rasera, e a gerente do Sesi Pará Railane Costa. Foram arrecadados, ainda, 161 quilos de alimentos não perecíveis, que foram doados para a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (Apae) local.

Charles Campos

Prefeito de Santarém, Nélio Aguiar

Charles Campos

Diretor do Senai Santarém, Peter Rasera

PMCMV – OPORTUNIDADES E DESAFIOS

CARLOS HENRIQUE PASSOS, presidente do SinduscoBA e Líder do projeto Minha Casa Minha Vida na Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC

PH Freitas/CBIC

A grande importância do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que, desde a sua criação, em 2009, contratou cerca de 5,5 milhões de unidades, se dá principalmente pela sua capilaridade, com abrangência em praticamente todos os 5.800 municípios brasileiros. O Programa é bem pulverizado, sendo acessível a empresas de pequeno, médio e grande portes.

O PMCMV possui várias modalidades, sendo afeta às construtoras a modalidade "Empresas", com duas fontes de recursos: do Orçamento Geral da União (Fundo de Arrendamento Residencial - FAR) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A "Faixa 1" utiliza recursos do OGU, e as "Faixas 1,5, 2 e 3" utilizam recursos do FGTS.

A despeito de toda a importância do Programa, o setor de construção está apreensivo quanto à sua continuidade, em função do cenário atual, especialmente com relação à faixa 1. O ano de 2018 começou com expectativa favorável. Porém, das 25 mil unidades da última seleção, a Caixa informou, no início de novembro, só ter capacidade para contratar 10 mil. Isso gerou muitas frustrações e prejuízos ao Setor. Afinal, as empresas investem em projetos, equipamentos, tecnologias construtivas. Mesmo que toda a seleção fosse contratada, não seria suficiente para atingir a meta do ano.

A Faixa 1, que depende essencialmente de recursos do OGU, conforme se pode verificar no quadro abaixo, teve muita oscilação. Chegou a pouco mais de mil unidades em 2015, com melhora a partir de 2017.

No Projeto de Lei Orçamentária de 2019 não há previsão de recursos para novas contratações da Faixa 1.

Para as faixas que dependem de recurso do FGTS, a realidade enfrentada é de um mercado bem maior, em função do crescimento do Programa, com disponibilidade estabilizada de recursos, inclusive porque houve incentivo para saques não-previstos e a abertura do uso do FGTS para financiar objetivos alheios à sua vocação original.

Ano	Faixa 1	FGTS			Total FGTS
	Far	Faixa 1,5	Faixa 2	Faixa 3	
2009	143.484	0	98.593	43.818	142.411
2010	260.644	0	277.171	102.805	379.976
2011	83.358	0	296.707	77.935	374.642
2012	302.623	0	307.018	97.711	404.729
2013	399.219	0	281.744	93.478	375.222
2014	132.615	0	330.872	37.930	368.802
2015	1.188	0	344.737	40.526	385.263
2016	5.824	1.176	281.395	67.739	350.310
2017	22.180	70.716	352.307	48.840	471.863
2018	45.038	47.038	224.876	31.673	303.587
TOTAL	1.396.173	118.930	2.795.420	642.455	3.556.805

Fonte: Ministério das Cidades, 30/09/2018.

No orçamento de Habitação Popular para 2018, o valor de R$ 53 bilhões, previstos na IN 47/2017 do Ministério das Cidades, foi acrescido do montante de R$ 4 bilhões, transferido das áreas de Saneamento Básico e Infraestrutura Urbana conforme a IN 26/2018, e também do montante de R$ 653,5 milhões, inicialmente aportado para "demais operações habitacionais com pessoas físicas e jurídicas" para a faixa 3 "expandida" do PMCMV. Com

esses 2 acréscimos, o orçamento final de 2018 ficou igual a R$ 57,65 bilhões para Habitação Popular.

Além dessas questões gerais, o critério de distribuição de limites e descontos, aliado ao limite de financiamento de 80% do valor do imóvel, praticamente inviabiliza a participação de municípios menores e famílias de mais baixa renda. Esses Municípios totalizam cerca de 51% da população no Norte/Nordeste e 18% da população do Brasil.

Essa questão vem sendo trabalhada pela CBIC, em várias reuniões e audiências, tendo culminado com a apresentação do assunto, pelo Vice-Presidente da CBIC, Carlos Henrique Passos, em reunião do GAP, dia 08 de maio de 2018. A apresentação foi feita a partir de questionamento do Representante do Conselho Curador do FGTS sobre a dificuldade de aderência entre o planejamento e a execução do Fundo, especialmente pelas recorrentes baixas execuções nas Regiões Norte e Nordeste.

A CBIC mostrou que a combinação de recorte com desconto penaliza muito os municípios do Norte e Nordeste, uma vez que o limite do valor do imóvel baixo, para enquadramento, em algumas localidades, inviabiliza econômica e financeiramente o empreendimento. Argumentou também que, a tese de que a construção tem menor valor nos municípios menos populosos é falha, uma vez que em geral são imóveis semelhantes aos de regiões mais populosas ("commodities") e insumos como brita, areia entre outros, que são próprios das localidades, em geral, tendem a ser "mais caros" (na Região Norte, por exemplo, o custo logístico é elevado). A partir de então, foi criado um Grupo de Trabalho do CCFGTS para estudar alternativas para solucionar o problema. Como solução, foram propostas alterações das tabelas de recortes territoriais, tanto com relação ao valor do imóvel para enquadramento, quanto descontos.

Como resultado, em novembro/2018 o Conselho Curador do FGTS publicou a Resolução 904, que alterou os limites de enquadramento – valor de imóvel, para faixas 2 e 3. Os limites passaram a ser iguais, por região, para todos os municípios de até 100 mil habitantes. Os limites para faixa 1,5 não foram alterados. Essa medida acaba por direcionar a faixa 1,5 para grandes centros. Porém como os subsídios da Faixa 1,5 e 2 são muito próximos nos municípios menores, é possível resolver o enquadramento contratando pelo faixa 2.

O Ministério das Cidades continua estudando alteração para os limites referentes aos descontos.

O orçamento do FGTS para 2019 e plurianual (até 2022) foram aprovados pela Resolução 903/2018, com previsão de R$ 66,125 bilhões para Habitação, sendo R$ 61,37 bilhões para Habitação Popular incluindo R$ 9 bilhões de descontos (onde se encontram as Faixas 1,5 a 3 do PMCMV). Cabe destacar que há previsão de reavaliar esse orçamento em maio do próximo ano, diante das limitações de fluxo de caixa e arrecadação líquida. Os recursos para 2019, fonte FGTS, são os mesmos de 2018 e, segundo a Caixa, da meta de 60 mil unidades para o Faixa 1,5, devem migrar 30 mil unidades de empreendimentos já contratados em 2018, o que equivale a 50% do que foi repassado neste ano e 90% do que foi realizado em 2017.

A CBIC participou de reunião com o Ministério das Cidades e a direção da Caixa, dia 10 de dezembro, na qual foram discutidas várias propostas para 2019, em função da limitação de recursos. Foram propostos critérios para reduzir o consumo de descontos do faixa 1,5, tais como:

- Reduzir do valor máximo de desconto na proporção a ser definida a partir de simulação feita pela Caixa;
- Criar "Mix de Faixa" - em cada empreendimento do Faixa 1,5 haverá uma cota máxima de Pessoas Física (PF) naquela faixa. Para não haver perda de projetos, será mantido o limite de 500 unidades habitacionais (u.h.) e a quota será aumentada para empreendimentos maiores. Os parâmetros iniciais seriam 30% para 500uh e 50% para 300uh.
- Fator social - reduzir o fator atual de 0,70 para "unipessoal" prestigiando os financiamentos para famílias.

As propostas estão em estudo pela Caixa e Ministério das Cidades.

CBIC DADOS

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - BRASIL

RECURSOS SBPE

Financiamento imobiliário - Valores

Acumulado no período	Valores financiados R$ bilhões
Janeiro a outubro/2017	36,32
Janeiro a outubro/2018	46,46
Variação % neste período	**27,9**

Financiamento imobiliário - Unidades

Acumulado no período	Unidades financiadas (mil)
Janeiro a outubro/2017	147,59
Janeiro a outubro/2018	185,16
Variação % neste período	**25,5**

Financiamento imobiliário - Valores

Acumulado 12 meses	Valores financiados R$ bilhões
Novembro/16 a Outubro/2017	45,68
Novembro/17 a Outubro/2018	53,29
Variação % neste período	**16,6**

Financiamento imobiliário - Unidades

Acumulado 12 meses	Unidades financiadas (mil)
Novembro/16 a Outubro/2017	183,15
Novembro/17 a Outubro/2018	213,19
Variação % neste período	**16,4**

Fonte das informações: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).
SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.
Obs.: Volume de empréstimos para aquisição e construção.

CBIC DESEJA BOAS FESTAS, ASSISTA O VÍDEO.

EXPEDIENTE:
Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunica@cbic.org.br
Allan de Carvalho - redação@cbic.org.br
Paloma Suertegaray - reporter@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br

Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013